

Drogas e os indesejáveis na Faculdade de Direito da UFMG: um recorte etnográfico do Território Livre¹

Zilda Manuela Onofri Patente (UFMG)

Lorenzo Antonini Itabaiana (UFMG)

1. Introdução:

Atualmente, a Faculdade de Direito e Ciências de Estado da UFMG, vivencia um movimento de ocupação do dito Território Livre, 3º andar destinado ao convívio na estrutura verticalizada da Faculdade, pelo público considerado *externo*. Esse movimento de ocupação, apesar de pontual e circunscrito, provocou debates importantes sobre juventude, drogas, *pixo*² e estigma social.

Nesse ensejo, o Território Livre tornou-se um importante espaço para se pensar a territorialidade urbana das drogas, bem como seus diferentes usos inseridos no tempo e no espaço, na medida em que evidencia diferentes contextos sociais e personagens urbanos envolvidos na socioeconomia e na cultura das drogas.

Os jovens que passaram a ocupar o Território Livre expõem o paradigma do uso recreativo da maconha e as organizações sociais que se desdobraram no espaço: a utilização da maconha significava ali, não só uma substância de uso comum, mas um elemento que conferia identidade ao grupo designado como desviante (BECKER, 2009).

Para se pensar a problemática do uso de drogas e do espaço por esses jovens, bem como as respostas dadas pela comunidade acadêmica ao fato, faz-se necessário uma leitura crítica acerca dos estereótipos construídos para distinguir usuários e traficantes de drogas (ZACCONE, 2007) e uma análise cuidadosa da *mitologização* das drogas composta por atribuições rasas, que tendem a homogeneizar os usuários sob uma perspectiva criminalizante e moralista.

Pretende-se com esse artigo analisar o parecer dado pela Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG sobre a atual conjuntura do Território Livre, inserindo uma leitura da problemática das drogas que vai além do modelo jurídico-valorativo, pois visa

¹ Texto apresentado quando do IV ENADIR, USP, 25 a 28 de agosto de 2015. GT03- Drogas – interfaces entre Antropologia, Direitos, Políticas Públicas e Saúde

² Optou-se por essa grafia pois é a grafia comumente usada entre os *pixadores*.

abrange de forma crítica os modelos psicossociais e socioculturais que envolvem a temática. A partir disso, será utilizado o método etnográfico, por meio da observação participante, visando uma análise qualitativa (MINAYO, 2013).

2- O Território Livre

O trânsito de externos na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG sempre foi intenso, dada a localização central da Faculdade e a estrutura física que possibilitava o acesso a banheiro público, bebedouros, caixa eletrônico e espaço de convivência. Em junho de 2013, o caixa eletrônico foi retirado³, ação que a diretoria justificou como um critério de segurança para a comunidade acadêmica. Essa ação levou a uma diminuição significativa de transeuntes, situação que passou a mudar em 2014 com a presença paulatina de estudantes adolescentes que passaram não só a transitar pelo local, mas a permanecer, ocupando diversos espaços da área de convivência como sofás e sinuca.

A partir de 2014, portanto, a ocupação do Território Livre se intensificou, consolidando uma ocupação de jovens que frequentam o espaço regularmente. A ocupação se deu, em primeiro plano, por jovens estudantes do ensino médio ou de cursinhos de pré-vestibular que encontravam, em meio ao caótico e vigiado centro de Belo de Horizonte, um espaço na cidade para jogar cartas, *matar* aula, consumir bebidas alcoólicas, fumar maconha e tabaco. O uso de drogas, nesse espaço, ultrapassa muito mais do que as substâncias em si, mas significa, também, um elemento de pertença desse grupo de adolescentes ditos como desviantes (BECKER, 2009) e inseridos em uma vivência urbano-cultural de constantes marginalizações e repressões diante das importantes estruturas sociais de poder: família, escola, polícia, etc.

Os encontros se davam rotineiramente, quase sempre pelos mesmos adolescentes, ocupando principalmente a parte de trás do edifício Valle Ferreira, espaço conhecido também como “**Lado B**”. Essa área do Território Livre, mesmo antes do movimento de ocupação dos ditos *externos*, era utilizada por pessoas da comunidade acadêmica e da sociedade civil, como um local sem riscos para usar maconha no centro da cidade. O uso desse espaço se dava com intensa rotatividade, ou seja, pouco se permanecia no local. Paulatinamente, ao contrário do

³ “Informamos a todos que, preocupados com a segurança de nossa comunidade acadêmica e atendendo a critérios nesse sentido, os caixas eletrônicos do Banco do Brasil, instalados no 3º andar da Faculdade, serão retirados na data hoje, dia 28 de junho de 2013.” Trecho extraído do email enviado pela Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG à comunidade acadêmica em 28/06/2013.

panorama usual do Lado B, um movimento independente e espontâneo instaurou-se, passando a ocupar esse espaço, constituindo um local de referência e ponto de encontro.

O perfil desses jovens contrastava com o dos alunos da Faculdade de Direito e Ciências de Estado da UFMG: a maioria dos ditos *externos* era constituída por homens, negros, inseridos na cultura urbana do *pixo*. Sendo assim, era notória a utilização de símbolos, linguagem e estética própria que elucidava elementos com os quais havia uma identificação entre eles. O *pixo*, o *skate* e a maconha, portanto, foram uns dos elementos constituidores da ocupação do Território Livre. O livre consumo da maconha, sua comercialização, bem como a comercialização de outras drogas, fazem parte de outra faceta que se desenvolveu concomitantemente nesse processo, dada a existência de um movimento de ocupação e de um potencial mercado que ali se instaurava.

Nesse ensejo, a dinâmica e a economia das drogas, operante na ilicitude gerada pelo proibicionismo, demonstram que não há um espectro social homogêneo entre os usuários. A demanda pela droga gera um tipo específico de mercado que se adéqua aos contextos sociais e urbanos da cidade. A ocupação do Território Livre gerou um espaço subversivo imerso, também, na economia das drogas. Jovens de periferia, pequenos varejistas, usuários, moradores de rua, estudantes de cursinho pré-vestibular, universitários, passaram a dividir o mesmo espaço de convivência e sociabilidade, mesmo estando inseridos em contextos distintos e com distintas trajetórias de usos de drogas.

É importante ressaltar que as diferentes territorialidades de comércio de drogas por vezes pautadas pelo medo, desconfiança, paranoia e violência são frutos diretos do proibicionismo e não consequências de uma espécie de ontologia das drogas: como se as drogas fossem substâncias essencialmente negativas, capazes de degradar, pela sua simples presença, espaços e indivíduos. A história do proibicionismo expõe que a trajetória de criminalização das drogas tem relação mais forte com o controle de grupos sociais marginalizados e desviantes do que com a lesividade das substâncias (DEL OLMO, 1990). No Brasil, por exemplo, o foco da proibição esteve na maconha, a droga mais consumida entre os escravos vindos da África para trabalhar na então colônia. (FRANÇA, 2015).

A repercussão propagada pela mídia mineira⁴, com ênfase na crescente utilização do espaço público para consumo e venda de drogas, por outro lado, construiu um panorama de calamidade, inserindo o problema da segurança pública no mesmo contexto do uso de drogas,

⁴ Dentre as reportagens veiculadas pela mídia, a propaganda pelo Jornal Hoje em Dia merece destaque pela notoriedade que teve entre os alunos. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/porta-aberta-para-o-trafico-de-drogas-na-escola-de-direito-da-ufmg-1.315990>. Acesso em: 02/08/2015.

homogeneizando os usuários e construindo artificialmente o perfil daqueles que seriam os traficantes de drogas. Diante disso, alguns alunos da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG organizaram-se e formaram o Movimento Território Livre que tinha como principais pautas a segurança da comunidade acadêmica, bom convívio, valorização e respeito ao patrimônio público e efetiva inclusão social⁵, pautas que se efetivariam por diversos meios, dentre eles a implementação de catracas, câmeras de segurança e revitalização do 3º andar, a fim de dar cabo aos problemas da aparente insegurança e da degradação do espaço público.

A criação do Movimento Território Livre e a conseqüente contramanifestação de outros estudantes que consideraram esses meios segregacionistas, chamaram a atenção do corpo docente que foi pressionado para uma resposta institucional. Algumas assembleias foram realizadas para discussão entre os alunos, ocasião em que a polarização ficou evidente. O que começou como um debate sobre medidas para preservar a segurança do 3º andar terminou com uma importante discussão sobre o papel da Universidade Pública no Brasil, criminalização da juventude e uso de drogas.

Em maio de 2015, após reunião da Congregação, foi constituída uma Comissão Paritária, composta por membros do corpo de servidores, discentes e docentes. Essa Comissão tinha como objetivo analisar as questões de segurança, *pixações*, atividades ilícitas praticadas nas dependências da Faculdade e inclusão social.

No relatório final da Comissão,⁶ instituída pela portaria 029/2015⁷, foram expostas as propostas de medidas de proteção. A Comissão de Segurança resolveu pela adoção de medidas protetivas imediatas tais como aumento do efetivo da guarda universitária, com parcerias com Redes de Proteção ao menor, instalação de câmeras de segurança (CFTV e Speed), revitalização do Território Livre e da biblioteca, e a constituição de uma comissão executiva, a fim de fiscalizar as medidas adotadas. Essas foram as medidas imediatas, integrativas da primeira etapa do processo. Em um segundo momento, pretende-se avaliar a eficácia das medidas, para, se necessário, implementar a terceira fase: o controle de acesso, com a forma de identificação ainda não estabelecida.

⁵ Essas pautas do Movimento Território Livre foram retiradas das postagens realizadas pelo Movimento na página que este possui no facebook e que pode ser consultada no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/movimentoterritorialivre?fref=ts>. Acesso em: 02/08/2015.

⁶ Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/3srtkz1awhdv53w/Parecer%20Comiss%C3%A3o%20Seguran%C3%A7a.pdf?dl=0>. Acesso em 05/08/2015.

⁷ Disponível em: <http://www.direito.ufmg.br/images/stories/documentos/portarias/portaria0292015.pdf>. Acesso em: 02/08/2015.

2. Dimensões etnográficas:

Depois da primeira divulgação midiática sobre o tráfico de drogas na UFMG, houve uma diminuição significativa dos alunos que frequentavam o Território Livre. Os *externos*, por outro lado, continuaram a ocupar o espaço. Aos poucos, alguns personagens que eram frequentes foram frequentando cada vez menos, até o dia que passei a não encontrá-los mais. Por vender brigadeiros na Faculdade, as relações de venda possibilitaram maior contato com os *externos*. Muitos deles eram meus assíduos clientes. A maioria era adolescente, alguns com uniforme de escolas públicas próximas. Como não passava as tardes inteiras na Faculdade, ia e voltava no Território Livre para vender meus brigadeiros em horários alternados. Podia notar que muitos passavam toda tarde por lá, realizando as mais diversas atividades, dentre elas tarefas escolares em grupo, lanches na cantina, campeonatos de truco, sinuca, conversas nos sofás, paqueras, etc: atividades que não se destoam das atividades ditas normais aos jovens.

O elemento de distinção entre essas atividades e as atividades consideradas comuns e saudáveis, era o uso frequente de maconha. Quando transitava pelo Território Livre vendendo meus brigadeiros alguns me ofertavam a erva. O perfil dos que me ofereciam era muito distinto. Alguns eram mais velhos, outros muito jovens, mas todos frequentavam o espaço das mais variadas formas. Eles frequentavam e usufruíam do espaço como forma de sociabilidade e convivência, além de revender pequenas quantidades de drogas e garantir um lucro, diante do mercado instituído.

Estava colando um pôster no Lado B sobre um cine-debate que realizaríamos para discutir a política de drogas no Território Livre quando ele se aproximou. O conheci por Boreal⁸, só sabia disso. Tinha trocado algumas palavras anteriores quando ele e mais alguns meninos tinham ajudado o Centro Acadêmico a pintar e grafitar algumas paredes. Depois disso, tinha encontrado com ele na Marcha da Maconha e disse que queria conversar sobre a situação da Faculdade. Ele consentiu, mas acabamos nos desencontrando. Como o Lado B estava vazio, acho que ele se sentiu mais confortável para se aproximar e dizer: Oi gata, o que você disse que queria conversar comigo? Sentamos e comecei a falar da situação do Território Livre, das recentes divulgações da mídia e da hostilidade de alguns alunos que, recentemente, se dirigiram a um também aluno, negro, para dizer que a Faculdade é só para alunos. Ele disse que tem notado há um tempo que

⁸ Os nomes presentes no artigo foram trocados por nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos jovens e adolescentes entrevistados.

existe um monitoramento da polícia. “Sei reconhecer um P2 de longe. Alguns vêm até aqui e me perguntam se eu to vendendo alguma coisa. Neguei. Mas não vou mentir que já vendi. Já repassei maconha aqui dentro.” Quando perguntei por que ele continuava frequentando o Território Livre, ele me disse que era por vínculos de amizade que tinha construído com as pessoas. Disse que trabalhava perto e o local era uma forma de relaxar, fumar maconha e socializar entre os intervalos do trabalho e de outras coisas que precisava fazer no centro da cidade. (Caderno de Campo 09/06/2015).

O que se ouvia de alguns alunos, nas salas de aula localizada poucos andares acima, ao contrário do que expõe a vivência de campo, era uma ideia disforme e estereotipada daqueles traficantes que a mídia enunciava. A imagem do jovem sujo, vândalo, destruidor do patrimônio acadêmico, ladrão, amoral, compunha o estereótipo do perigo. Esse panorama foi o motor para que houvesse uma pressão institucional de restrição de acesso. O estereótipo constituinte do delito é um componente funcional do sistema social, pois com base nas normas que estavam ali sendo violadas, abria-se o precedente para reforçar um sistema de valores que culminava, por meio da repressão, no reforço dos privilégios de uma determinada classe/grupo social (ZACONNE, 2008). A própria designação de *externos* dada aos indesejáveis elucida a questão: o recorte da juventude posto naquele espaço era indesejado e, por esse motivo, devia ser afastado do espaço da Universidade Pública, destinado à construção de saberes e poderes.

Nesse contexto de hipóteses para regulamentação do acesso à Faculdade, muitos alunos e grupos de extensão que atuam na Faculdade de Direito e Ciência do Estado da UFMG, pontuaram a existência de diversos movimentos sociais que se reúnem no Território Livre, território historicamente marcado por reuniões de resistência durante a ditadura militar. A Comissão, em seu diagnóstico, avaliou a questão dos Movimentos Sociais na problemática do Território Livre da seguinte forma:

A Comissão registra que, nos termos do seu diagnóstico, a questão e os problemas identificados nenhuma conexão guardam com os Movimentos Sociais legítimos, razão pela qual se mostra inadequada e inapropriada qualquer correlação entre os temas. Outrossim, verificou-se a existência de um consenso na Comunidade Acadêmica no sentido de não ser possível omitir-se quanto ao enfrentamento do

problema que também envolve crianças e adolescentes. A voz geral é de oposição ao uso dos espaços dissociados da sua finalidade institucional que é educativa.⁹

O uso e o tráfico de drogas por crianças e adolescentes estão entre os problemas identificados pela Comissão. No final de maio, foi realizado em Belo Horizonte a Marcha da Maconha onde cerca de 2.000 pessoas¹⁰ saíram nas ruas por liberdade aos pequenos varejistas, liberdade para juventude pobre e negra presa por tráfico – que compõe expressivo número da população carcerária¹¹ - e direito ao cultivo doméstico, pautas que estão inseridas nesse movimento social que se articula pela legalização da maconha.

A Marcha da Maconha é um movimento sem centralidade e conta com a participação de pessoas de heterogêneas classes e contextos sociais. Durante a Marcha, notei a presença ativa de alguns adolescentes que frequentam o Território Livre. Alguns desses jovens participam da construção desse movimento social e tem a trajetória de vida marcada pela guerra às drogas seja por meio do estigma de usuário ou do estigma de traficante. Depois da Marcha, também pude notar, nos corredores da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG, outros jovens com a camisa de divulgação da Marcha da Maconha: símbolo não só de uma identidade cultural da maconha, mas uma importante bandeira política pela legalização. Dizer que os problemas identificados nenhuma conexão guardam com os Movimentos Sociais, como a Marcha da Maconha, portanto, é negar o panorama sócio-político que circunda a problemática das drogas.

Diante do exposto, percebe-se que a Comissão não conferiu legitimidade ao movimento de ocupação que se desenvolve no Território Livre por entender que nenhuma conexão este guarda com os movimentos sociais ditos legítimos. Nesse ensejo, demarca o uso do espaço para uma finalidade institucional educativa em contraposição a um uso moralmente inadequado por jovens e crianças. Essa perspectiva moralizante invisibiliza a articulação da juventude que se conecta com movimentos sociais como a Marcha da Maconha e expõe um panorama mais uma vez homogeneizante dos diversos usos de drogas que se manifestam de formas diferentes (e nem sempre problemáticas) no espaço.

O consumo e tráfico de drogas é um grave problema social, não sendo privativo da Faculdade. O problema, sob a perspectiva social, de saúde e segurança públicas se mostra muito complexo. Todavia, a sua complexidade não pode ser um escudo para se furtar a pensar em alternativas capazes de minimizar seus impactos lesivos ao espaço de convivência da Comunidade Acadêmica, às atividades de ensino, pesquisa e

⁹ Relatório Final da Comissão de Segurança, pág.05

¹⁰ Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/30/interna_gerais,653165/marcha-da-maconha-vai-as-ruas-do-centro-de-belo-horizonte.shtml. Acesso em: 02/08/2015.

¹¹ Segundo os dados do Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de junho 2014, o tráfico de drogas corresponde à 27% da população carcerária masculina e à 63% da população carcerária feminina.

extensão e ao direito a um ambiente saudável. Por outro lado, na busca de possíveis soluções, não se pode ignorar a triste realidade e a posição de vulnerabilidade social dos usuários de drogas, principalmente crianças e adolescentes que diariamente tem frequentado o território livre¹².

Nesse sentido, o trecho supracitado do relatório final da Comissão de Segurança, continua por reforçar a ideia de absoluta vulnerabilidade e destituição de autonomia dos jovens. A experiência de campo, contudo, expõe um panorama heterogêneo e contrastante.

Encontrei pessoas emblemáticas que frequentavam o Território Livre. Não encontrei nenhuma criança, embora amigos estudantes me dissessem sobre um menino em situação de rua que apareceu na Faculdade, aparentemente drogado, em busca de cigarros. Em relação às pessoas em situação de rua, conversava com dois deles: Rogério e Douglas. Ambos maiores de idade ainda que bastante jovens. Rogério, 23 anos, morava na rua desde os 12 anos. Fazia malabares e artesanato. Disse ter sido expulso de casa aos 12 anos porque passou a comercializar a cocaína que o pai trazia das apreensões. O pai dele, policial, *cheirava* e, por curiosidade, ele passou a *cheirar* também. Já foi internado em hospital psiquiátrico, mas fugiu depois de uma tentativa de suicídio. Douglas me dizia que a mãe dele era delegada e que, por isso, ele nunca ficou muito tempo preso. Disse que agora que era maior sua ficha não limpava mais e que já tinha assinado o art. 121/CP, o art. 57/CP e o art. 33 da Lei de Drogas.

Douglas era quem eu mais conversava. Ele conheceu o Rogério lá no Território Livre e desde então passaram a andar muito juntos. Estavam planejando uma viagem para fora de Minas Gerais. “O Rogério é assim meio hippie doidinho, mas ele não mexe com essas coisas erradas não. Ele não é do crime não” Eles frequentavam constantemente o Território Livre. Com o tempo, Douglas passou a vender umas bijuterias e Rogério uns artesanatos que ele próprio fazia. Pouco os via usando drogas no Território Livre. Por vezes, o Douglas me falava que tinha fumado *um* para justificar a compra de mais de um brigadeiro.

André, 14 anos, foi pego *pixando* a Faculdade. Foi levado até a sala do diretor que chamou sua mãe. Quando conversei com ele sobre o ocorrido me disse que “não pegava nada”. Teria que ler um livro sobre justiça que não soube dizer o nome. Ia à Faculdade frequentemente andar de skate e fumar maconha.

Os jovens mais numerosos eram os de cursinho pré-vestibular. Conversávamos pouco. Uns me diziam que a *vibe* tinha ficado um pouco mais pesada depois que os moradores de rua passaram a frequentar apesar de não justificar o porquê de tal peso. Fumavam o baseado em grandes rodas, juntamente com alguns alunos da Faculdade que conheceram no Território

¹² Relatório Final da Comissão de Segurança, pág .05

Livre. Carlos, 18 anos, me dizia que gostava de fumar *um* para relaxar depois de fazer alguns exercícios de física e matemática no cursinho localizado próximo à Faculdade.

Fui até ao Centro Acadêmico entregar uma extensão que havíamos usado para o cine-debate. O auxiliar administrativo havia saído e não encontrei nenhum estudante. Na sala de entrada, sentados no sofá, havia três moradores de rua e um menor. Eles estavam sentados, silenciosos, vendo televisão: era um filme de espões no qual o Antônio Bandejas atuava (Caderno de Campo, 12/06/2015).

Tais relatos remontam os diversos fragmentos daqueles que ocupam o Território Livre. O movimento de ocupação que começou com jovens de cursinho pré-vestibular se expandiu abarcando as contradições urbanas do entorno da Faculdade. O problema das drogas, portanto, embora seja pontuado com veemência como o problema central é um elemento secundário que compõe a territorialidade urbana em disputa (RUI,2014).

3- Território Livre em disputa

As medidas propostas pela Comissão de Segurança evidenciam os liames de uma sociedade que vê no controle digital a solução de problemas complexos (VIANNA, 2006), como, em tela, o tráfico de drogas. Conforme exposto por Vianna, “declara-se uma guerra interna para proteger a sociedade: guerra às drogas, guerra ao terrorismo. O outro se torna o inimigo. Surge,então, o racismo de Estado.” Nesse ensejo, o panorama que foi surgindo no Território Livre evidencia uma hostilidade em relação aos *externos*, compreendidos como um mal a ser combatido, causadores de vandalismos e outros problemas pré-existentes, como furtos na dependência da Faculdade.

Estávamos na sala do centro acadêmico, esperando outros colegas para a reunião do nosso coletivo que discute política das drogas quando uma colega entrou na sala nervosa. Disse que três meninos da sua sala haviam linchado um menor, chamado André, até a porta da Faculdade e ligado para polícia militar que se recusou a entrar no prédio. Diante disso, ele foi acompanhado até a sala do diretor. No mesmo mês, colegas nos informaram de uma menina que começou a gritar e a filmar as pessoas que fumavam maconha no Lado B,

chamando-os de vândalos, drogados, destruidores da Faculdade. Um menino reagiu, dizendo ser somente usuário, mas filho de desembargador. Disse que se ela não apagasse o vídeo, ela a processaria (Caderno de campo, 29/05/2015).

Tais episódios elucidam não só os contornos dos estereótipos dos indesejáveis inimigos, mas também, a visão disforme daqueles alheios ao *mundo das drogas* que reforçam os estereótipos e o falso caráter homogêneo do desviante. Sendo assim, conforme explicita Becker, o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comente e de quem se sente prejudicado por ele. O uso da maconha por aqueles atores sociais, ao contrário do uso praticado por alunos e demais membros da comunidade acadêmica, era uma ameaça, justificada pela ilicitude, pelo desvio à norma que aquela ação representava, estando atrelada a outros significantes de perigo.

Embora haja no *front* do Território Livre, o monitoramento eletrônico e o reforço da guarda Universitária, foi proposto, também, uma articulação em rede, com entidades parceiras, a fim de sanar a problemática das drogas, compreendida, nesse sentido, não só como um aspecto de segurança, mas como iminente problema de saúde pública. Foram chamados para compor a rede a Rede de Proteção do Programa de Segurança: Centro Mineiro de Toxomania (CMT), Conselho Estadual Anti- Drogas, Associação Brasileira Comunitária para Drogas – ABRAÇO, CONEN - Conselho Estadual de Entorpecentes, Miguilim, Fórum das Juventudes Grande BH, Serviço de Abordagem da Prefeitura de Belo Horizonte, Consultório de Rua, Defensoria Estadual Especializada em Direitos Humanos, Defensoria Estadual Especializada em Infância e Juventude e Ministério Público Estadual de Direitos Humanos.

A compreensão da saúde pública como uma faceta imprescindível na abordagem da temática das drogas foi um importante e positivo elemento constitutivo do relatório final da Comissão de Segurança, muito embora essa compreensão ainda esteja inserida na perspectiva criminalizante dos diferentes usos de drogas, planejados como um problema de segurança pública.

4- Conclusão

O uso de drogas por crianças e adolescentes expõe um quadro delicado dos possíveis impactos na saúde física e mental desses indivíduos dada as ainda frágeis dimensões de autonomia e discernimento. Diante disso, não se nega a necessidade de apoio e instrução seja

no âmbito familiar, escolar, etc. No panorama vigente no Território Livre, a diversidade dos seus atores sociais (idade, classe, história de vida) e as distintas relações de uso, contudo, expõe um quadro que exige soluções que abarquem a sua complexidade, soluções estas que não se inserem na perspectiva criminalizante e moralizante das drogas.

Desconstruir os estereótipos é um ponto fundamental para traçar outras soluções possíveis. As entidades citadas pela Comissão de Segurança, por exemplo, embora de extenso *know-how* em Belo Horizonte, trabalham com abuso de drogas, fato não observável no Território Livre. A problemática das drogas, nesse espaço, é um plano de fundo no qual usuários com históricos de vida ora usuais, ora problemáticas, dividem o mesmo espaço, gerando incômodo à comunidade acadêmica, tida como legítima para ocupar esse espaço da Universidade Pública.

O que se critica aqui são os argumentos, ancorados na histórica e fracassada guerra às drogas, utilizados para justificar, ainda que de forma implícita, uma territorialidade em disputa. Não se nega, portanto, a necessidade de intervenções no Território Livre que possibilitem um melhor convívio entre os considerados externos e a comunidade acadêmica como mudanças infraestruturais e medidas de segurança.

Refuta-se a perspectiva que estabelece uma relação de causa e consequência entre drogas e segurança pública, limitando-se a uma avaliação jurídico-normativa na definição das drogas e da sua nocividade: o discurso jurídico produz uma cadeia ideológica e uma carga de subjetividade nos indivíduos, que se reconhecem na lei, ao passo que desconhecem os mecanismos ideológicos da elaboração legislativa e da aplicação jurisprudencial (ALTHUSSER, 1980). O que essa etnografia do Território livre expõe é a desconstrução do mito das drogas e os urgentes desafios, ainda que o objeto de análise se restrinja ao espaço da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG, nas trajetórias sócio-políticas para a legalização.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis; RAMOS, Joaquim José Moura. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, 1980.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Zahar, 2009.

DEL OLMO, Rosa, *A Face Oculta da Droga*, Ed. Revan, Rio de Janeiro, 1990

ESPINHEIRA, Gey et al. *Os tempos e os espaços das drogas*. Almeida AR, Ferreira OS, Macrae E, Nery Filho A, Tavares LA, organizadores. Drogas, tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo. Salvador: Ed. UFBA/CETAD, p. 11-26, 2004.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *História da maconha no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2015. v. 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes, 2013.

RODRIGUES, Thiago. *Drogas controversias e perspectivas. Tráfico, Guerra e Proibição*. Salvador : EDUFBA, 2008.

RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 91-104, 2014.

TAVARES, Luis Alberto. *Adolescência e toxicomania: paradigmas da modernidade*. Drogas, tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo. Salvador: Ed. UFBA/CETAD, p. 133-145, 2004.

VARGAS, Eduardo Viana. *Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas*. Labate BC, et al. *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edefba, p. 41-64, 2008.

VIANNA, T. L. *Trânsparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle*. Tese. (Doutorado em Direito, UFPR, Curitiba, 2006).

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

